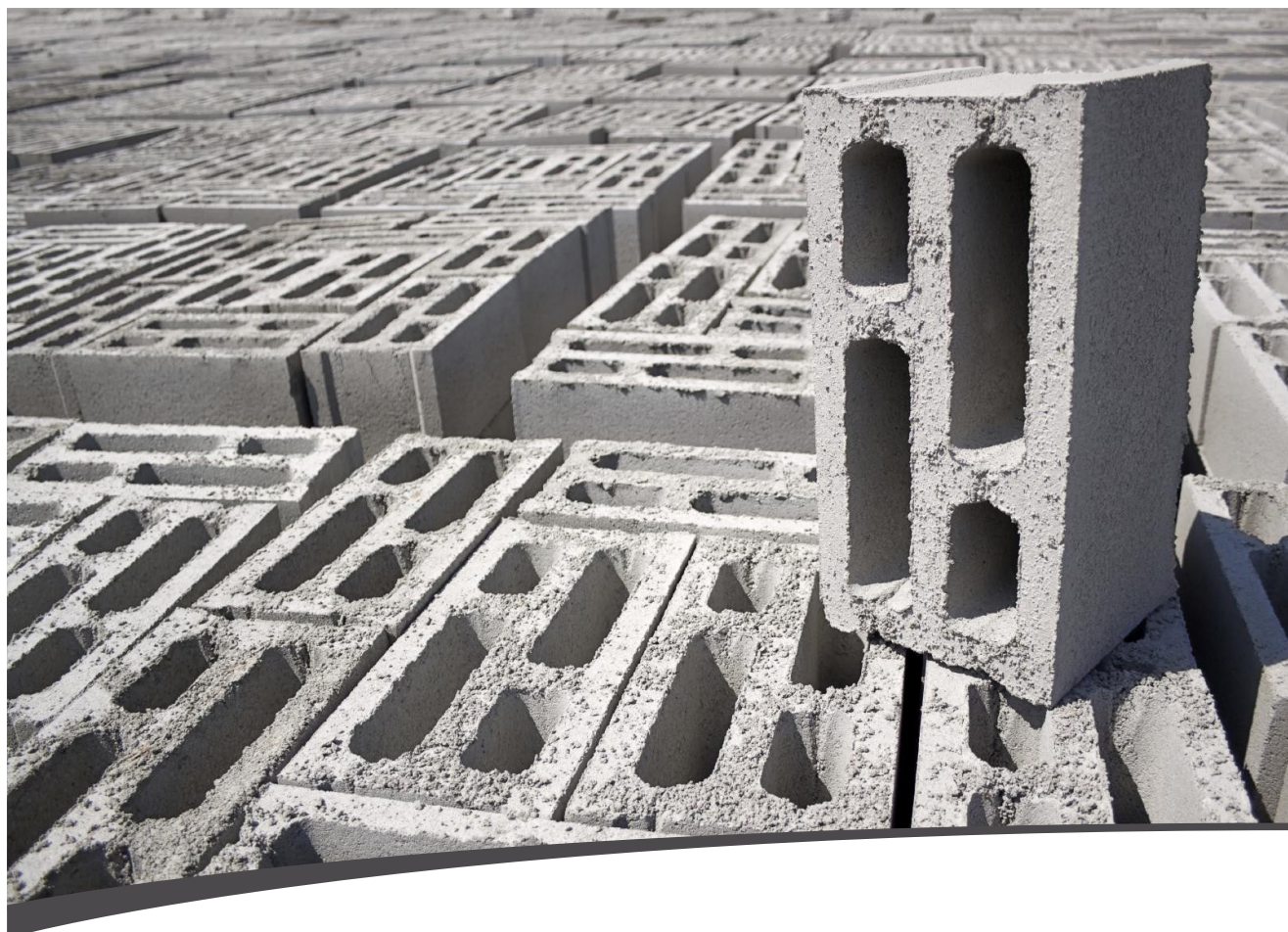


BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 9, NÚMERO 9 - OUTUBRO 2013



Instituições: alicerce para qual edificação?

PROTECIONISMO

Proteção ou protecionismo?

Um problema crescente na agenda de comércio internacional

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marcos jurídicos para o desenvolvimento sustentável:
oportunidades e desafios da via regional

CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

O complexo enredo das cadeias globais de valor:
fatores locais e atuação de governos na equação global



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 9, NÚMERO 9 - OUTUBRO 2013

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Tatianna Mello Pereira da Silva

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

PROTECIONISMO

4 **Proteção ou protecionismo?**

Um problema crescente na agenda de comércio internacional

Heloisa Burnquist, Cinthia Cabral da Costa

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

7 **Marcos jurídicos para o desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios da via regional**

Fabiano de Andrade Correa

CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

11 **A nova onda de regionalismo e as cadeias globais de valor: reflexões sobre o Brasil**

Lia Valls Pereira

CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

14 **O complexo enredo das cadeias globais de valor: fatores locais e atuação de governos na equação global**

Thiago F. Messena

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

18 **China e integração regional: motores da transformação estrutural na África**

Richard Schiere, Alex Rugamba

21 **Informações úteis**

22 **Publicações**

Qual é o preço da coordenação?



Insumo indispensável em estruturas que viabilizam o diálogo entre humanos, o tijolo é também a matéria-prima para a construção de muros que nos distanciam. Com as regras, a história é semelhante. Instituições são capazes tanto de aproximar indivíduos e sociedades quanto de separá-los. De fato, é possível que a mesma lei ou costume que traz estabilidade para a interação ao longo do tempo esteja provocando a exclusão de determinados grupos de tal processo. Formais ou informais, reguladas de forma centralizada ou descentralizada, regras ajudam a definir os desfechos possíveis para a ação dos agentes, bem como a magnitude dos ganhos e as perdas envolvidos em cada cenário. Exacerbam, da mesma forma, nossos pontos fortes e nossas limitações, estabelecendo uma rede de proteção ou fomentando a exposição diante de potenciais riscos.

O presente número do Pontes apresenta contribuições que nos permitem refletir sobre o problema elucidado acima. O artigo assinado por Heloisa Burnquist e Cinthia Costa discute desafios derivados da existência do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Úteis para a convergência de expectativas de consumidores, empresas e Estados ao redor do mundo, tais acordos não raramente oferecem a realidade oposta, com considerável aumento da incerteza no curto prazo. Na sequência, Fabiano de Andrade Correa analisa a relação entre o alcance de um acordo de comércio internacional e o nível de desenvolvimento de critérios sustentáveis. Conforme nos lembra o autor, embora a interação entre um número menor de Estados permita, a princípio, maior flexibilidade no estabelecimento de metas ambientais, acordos amplos não raramente são um requisito para que tais medidas tenham coerência e efetividade.

Dois artigos, assinados por Lia Valls Pereira e Thiago Messena, enfocam as chamadas cadeias globais de valor (CGVs). Partindo de um diagnóstico da influência das regras estabelecidas no plano interno e daquelas negociadas entre os países, ambos os autores apresentam reflexões que nos permitem indagar sobre a maneira com que se dá a inserção de uma empresa baseada em um país em desenvolvimento em uma CGV. Qual o papel do Estado para a criação de condições para tal participação? Existe alguma relação entre a participação em acordos regionais de comércio e o desempenho das empresas nessas cadeias? Existem riscos e oportunidades para aqueles que participam da economia internacional desde o território brasileiro?

Finalmente, Richard Schiere e Alex Rugamba discutem o papel da China para as transformações na economia e na sociedade africana. Aqui, interessante pergunta constitui exercício dos mais complicados: quais regras emergirão – se é que isso ocorrerá – no futuro para regular tal relacionamento?

Aberto à participação daqueles que justificam a sua existência, o Pontes reafirma o convite a você, prezado(a) leitor(a): caso queira comentar as notícias publicadas no site do Pontes, ou escrever-nos um e-mail, sinta-se à vontade.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

PROTECIONISMO

Proteção ou protecionismo? Um problema crescente na agenda de comércio internacional

Heloisa Burnquist, Cinthia Cabral da Costa

Este artigo discute os principais desafios relacionados à multiplicação de normas e padrões que passaram a constituir barreiras ao comércio. Nesse contexto, as autoras ressaltam a contribuição de metodologias de mensuração para a harmonização das referidas regras e padrões.

Praticamente todos os setores de uma economia desenvolvem seus produtos seguindo alguma espécie de orientação para que estes sejam, a princípio, aceitos e apreciados por seus consumidores. Essas "receitas" assumem formas diversas, sendo introduzidas nas economias para facilitar a associação do produto final a características específicas desejáveis para os produtos ofertados nos mercados.

Possibilitar a realização de tal associação, de forma a proporcionar transparência aos consumidores quanto a aspectos de segurança e qualidade dos bens, é algo que vem se tornando uma exigência cada vez mais presente no tratamento das relações de comércio internacional. A intensificação do comércio entre os países, acompanhada da maior extensão das cadeias produtivas e da adição de valor distribuída, por vezes, entre diferentes nações, acentuam tal importância.

De fato, esses foram fatores responsáveis pela introdução de dois acordos sobre diretrizes a serem seguidas pelos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), as quais assegurariam que as normas e regulamentos definidos nas economias locais fossem empregados de forma não-discriminatória, sem prejuízo ao livre comércio de produtos com origem diversa. Esses dois acordos – Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, sigla em inglês) e Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês) – foram firmados em 1995.

Desde então, governos e entidades internacionais relacionadas assumiram a incumbência de definir normas e exigências de natureza técnica, sanitária e fitossanitária aplicáveis a bens comercializados como uma forma legítima para definir objetivos comerciais e de políticas públicas. E todos os novos regulamentos e normas ou mudanças naqueles acordos já existentes precisam ser notificados à OMC pelos países membros. Esse é um dos importantes canais através dos quais as políticas públicas afetam o comércio internacional, o que requer atenção particular por parte dos formuladores de política.

Já não era sem tempo: a inter-relação entre comércio e regulamentação é tida como um aspecto histórico, particularmente entre os países da União Europeia (UE). Quando o Tratado de Roma foi estabelecido, em 1957, seus autores já percebiam que seria inútil impedir barreiras às importações com efeitos restritos às fronteiras se essas medidas pudessem ser substituídas por restrições domésticas com efeitos equivalentes. A lógica prevalecente era a de que nada adiantaria, por exemplo, um determinado país deixar de taxar o produto de um parceiro comercial, se esse produto passasse a sofrer uma taxa com impacto equivalente àquele que apresenta quando vendido no mercado interno. Como exemplo, a eliminação de tarifas para o açúcar pelos países da UE em 10% seria inútil se, nos países que compõem o bloco econômico, produtores passassem a receber um adicional de 10% em subsídios por meio dos preços de venda no mercado interno. Consequentemente, de forma análoga ao efeito da imposição de uma tarifa, os preços do produto aumentariam em 10% nesse mercado.

10,8%

das 65 disputas sobre comércio de bens iniciadas entre 2007-2011 citaram o SPS e 12,3% citaram o TBT.

Fonte: OMC

A regulamentação técnica pode apresentar um efeito semelhante. Tome-se o caso em que um produto é embalado e rotulado com seu peso indicado em libra-peso: isso pode vir a constituir uma barreira à sua comercialização em um país onde prevalece outra unidade de medida. Verifica-se, portanto, que pode ser tênue a linha que diferencia proteção e protecionismo.

A regulamentação é imposta, a princípio, com vistas a uma série de objetivos de políticas públicas: sanar falhas de mercado; prover informação a consumidores e importadores; estabelecer requisitos legais para fortalecer as instituições de uma economia; assegurar transparência, competitividade e igualdade de acesso a mercado para produtos domésticos e importados; e propiciar autoridade para exercer controle de sistemas de alimentos para a segurança e saúde dos consumidores, entre muitos outros aspectos com efeitos positivos. Todos esses objetivos, se atendidos, podem conferir maior previsibilidade aos mercados, estimulando a confiança necessária para promover investimentos. No entanto, a regulamentação não tem sido empregada exclusivamente para sanar falhas de mercado e promover condições favoráveis ao desenvolvimento do comércio internacional. Ao contrário, tem sido comum identificar sua aplicação com o objetivo de introduzir distorções e impor barreiras ao livre fluxo de mercadorias.

O tratamento da regulamentação enquanto barreira ao comércio tem constituído um desafio à economia internacional. Ao contrário de tarifas e medidas não tarifárias tradicionais – como é o caso das cotas, aplicadas para restringir volumes específicos de comércio –, as barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias raramente explicitam o objetivo protecionista. Impedimentos ao comércio podem ser criados a partir de diferenças nas regulamentações e nas normas para a circulação de pessoas, bens, serviços e investimentos entre países ou blocos comerciais. A diversidade regulatória é, com frequência, derivada de diferenças nas tradições sociais, valores e condições econômicas que podem não ser facilmente harmonizadas ou reconhecidas. Pela própria natureza, portanto, as barreiras regulatórias são difíceis de identificar, mensurar e, consequentemente, negociar.

Isso tem motivado o desenvolvimento de diversos trabalhos que propõem procedimentos e o desenvolvimento de informação referente ao impacto das barreiras regulatórias sobre o comércio internacional. De forma semelhante ao que ocorreu nas negociações envolvendo as tarifas e medidas não-tarifárias mais tradicionais, como cotas e subsídios à exportação, as análises para fundamentar políticas comerciais têm resultado no desenvolvimento de indicadores de acesso a mercado para expressar o efeito de medidas de diferentes naturezas de uma forma agregada. A seguir, apresenta-se uma breve discussão sobre a forma com que os instrumentos desenvolvidos têm sido empregados, a natureza dos resultados obtidos e os desafios que ainda se apresentam para que as medidas sejam aplicadas de forma a atender plenamente aos propósitos para os quais têm sido desenvolvidas.

Como mencionado acima, os Acordos TBT e SPS introduziram a obrigatoriedade da notificação de novos regulamentos e normas à OMC pelos países membros. Essas notificações têm sido organizadas em bancos de dados e empregadas em estudos envolvendo abordagem de inventário, podendo também ser utilizadas para a composição de índices de frequência, de abrangência entre produtos e países, bem como variáveis binárias para a condução de análises quantitativas. Já em 2011, o número de exigências compartilhadas entre os países membros, incluindo requisitos relacionados à segurança de alimentos e à sanidade de plantas e animais ultrapassou a casa dos 5 dígitos. Ainda, o número de países que disponibilizam as informações tem aumentado de forma notória. Isso tem sido destacado pela OMC como um avanço importante, indicando o sucesso da sistemática implantada para assegurar transparência e proporcionar uma referência para que os países avaliem o quanto suas exigências diferem daquelas impostas por seus parceiros comerciais e com relação a referências internacionais.

Constata-se, portanto, que uma importante restrição para a avaliação dos efeitos das barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias sobre o comércio vem sendo superada com

a disponibilidade de informações em bases de dados organizadas. Assim, cabe a cada país desenvolver uma sistemática dinâmica para acompanhar, mensurar e interpretar a importância dessas medidas, de forma a minimizar problemas efetivos e potenciais.

Ainda, é interessante ressaltar que, segundo levantamento atualizado apresentado pela OMC, as medidas de comércio que têm sido discutidas com maior frequência pelo Comitê do Acordo SPS envolvem casos de aftosa, doença de vaca louca (BSE), gripe aviária, além de diversas doenças e pestes que impactam plantas, como a mosca das frutas. Esses aspectos têm impactado negativamente as exportações brasileiras de carnes.

A instabilidade provocada pelos problemas que têm surgido com diversos países tem implicado perdas substanciais de receita de exportação pelo Brasil. Considerando apenas o caso da carne bovina, calcula-se que, entre 2011 e 2012, as exportações brasileiras de carne bovina apresentaram um avanço de 7%, atingindo US\$ 5,7 bilhões nesse último ano. No entanto, problemas nas relações comerciais com a Rússia, principal importador do produto brasileiro e responsável por 19% das exportações totais em 2012, levaram a um bloqueio das exportações de carne bovina nesse mesmo ano. Ainda que o país tenha se mantido como maior importador do produto brasileiro, isso provocou uma estagnação no valor das receitas em torno de US\$ 1 bilhão, por três anos consecutivos. Em meados de 2013, a Rússia retomou uma posição de retração no volume importado, cujos impactos ainda precisam ser mensurados¹. Além disso, a identificação do mal da vaca louca em um animal no Paraná teve repercussões expressivas entre importantes importadores: países como Egito (10% das exportações em 2012), África do Sul, Arábia Saudita, China, Coreia do Sul e Japão bloquearam as importações do produto brasileiro.

As exportações brasileiras de carne suína também têm sido prejudicadas pelo embargo introduzido pela Rússia – maior importador do produto, responsável por 25% do total em 2012 – às carnes provenientes de estados específicos. A suspensão das compras foi motivada pelo uso de produto como a ractopamina na criação de suínos, cujo emprego é proibido na UE, China e Rússia.

Um dos aspectos que têm dificultado as negociações sob o Acordo SPS foi a baixa propensão apresentada pelos países importadores em seguir as normas internacionais. A morosidade na condução de avaliações de risco e na eliminação de restrições identificadas como inadequadas também figuram entre os principais problemas, segundo avaliação feita pelos países membros na última reunião do Comitê, em meados de 2013.

É cada vez mais evidente, no âmbito das políticas públicas, a tendência de que os governos mantenham uma atenção acirrada a aspectos que possam comprometer a saúde pública. Dessa forma, uma estratégia para proteger a participação conquistada nos mercados pelos exportadores está relacionada à capacidade de atender a requisitos mandatórios com agilidade, bem como desenvolver capacidade técnica para avaliar se as exigências são mantidas dentro de limites aceitáveis. Nesse contexto, a avaliação direta da fundamentação científica da exigência nem sempre é fácil de ser comprovada com a rapidez desejada. Dentre os desenvolvimentos nessa área, sugere-se que maior atenção seja dada ao desenvolvimento e emprego de indicadores de heterogeneidade regulatória, tais como apresentados em recentes estudos voltados a desenvolver um instrumento facilitador de negociações².



Heloisa Burnquist

Pesquisadora de Comércio Internacional e Produtos Sucoenergéticos na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), Universidade de São Paulo (USP).



Cinthia Cabral da Costa

Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Instrumentação.

¹ Ver: Análise Brasil Global, Anuário 2013. Editora Análise 8a. Edição. São Paulo, Brasil.

² Ver: Burnquist, H.L.; Costa, C. C. da; Souza, M.J.P. de. *Simulation of Composite Index of Market Access – Application to Poultry in Brazil*. Genebra: ICTSD, 2011. Ver também: Burnquist, H.L.; Souza, M. J. P. de; Nunes de Faria, R.; Rau, Marie-Luise; Shutes, Karl. *Systematic Approach to Regulatory Heterogeneity Applied to EU Agri-Food Trade*. Trabalho apresentado em 28th Triennial Conference of the International Association of Agricultural Economists. Foz de Iguaçu/PR, 2012.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marcos jurídicos para o desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios da via regional¹

Fabiano de Andrade Correa

O autor analisa as vantagens e desafios da implementação de normas para o desenvolvimento sustentável no âmbito regional, com base em dois casos concretos. O autor conclui que, embora o desenvolvimento de critérios de sustentabilidade apresente mais avanços no âmbito regional, a criação de regras multilaterais é importante para conferir efetividade e coerência aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é um conceito com duas dimensões principais: a normativa, representada pela reorientação no foco do processo de desenvolvimento para as necessidades humanas e a realização dos direitos humanos; e a dimensão intergeracional, que determina a necessidade de tornar esse processo sustentável no longo prazo, devendo, para tanto, permitir o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, assegurar a proteção ambiental e a justiça social. Esse conceito foi progressivamente desenvolvido no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e popularizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, definiu "desenvolvimento sustentável" como aquele "que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (Resolução 42/187). Posteriormente, o conceito foi expandido e abordado em uma série de instrumentos internacionais, abrangendo diversos princípios materiais e procedimentais que visam a orientar decisões a nível mundial, e se tornou um dos principais objetivos de toda a comunidade internacional. A recente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) reafirmou o compromisso com a promoção de um futuro econômica, social e ambientalmente sustentável, reconhecendo a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável em todos os níveis de governança (A/66/L.56)².

Em que pese a ausência de uma definição vinculante de desenvolvimento sustentável no direito internacional, bem como as críticas a respeito de seu *status* como princípio de direito internacional, seu impacto como norma orientadora da comunidade internacional deve ser destacado em dois aspectos principais. Primeiramente, como a origem de uma área emergente do direito internacional, dada a quantidade significativa de instrumentos jurídicos baseados em seus pressupostos normativos ou criados para implementar seus objetivos. Nesse sentido, fala-se de um "direito de desenvolvimento sustentável", que representa uma série de normas na interseção do direito econômico, do direito ambiental e dos direitos humanos, que ajudam a conciliar os objetivos separados, porém interdependentes, desses diferentes regimes. Em segundo lugar, o "desenvolvimento sustentável" é considerado um "meta-princípio" que determina a busca por equilíbrio dos interesses conflitantes de crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social, seja em decisões judiciais, seja na elaboração de normas e políticas a nível nacional e internacional³.

Entre essas normas, o "princípio da integração" é ressaltado como o mais relevante, tendo em vista a ausência de um regime específico para a implementação do desenvolvimento sustentável e a necessidade de integrar considerações de sustentabilidade em regimes como o comércio internacional e nos marcos jurídicos nacionais. Embora a integração de objetivos do desenvolvimento sustentável a nível multilateral ainda enfrente dificuldades, várias inovações têm sido desenvolvidas nos marcos jurídicos de blocos regionais. Este artigo apresenta de forma sucinta dois exemplos de desenvolvimento de regras procedimentais e materiais com vistas à implementação do desenvolvimento sustentável na esfera regional; e analisa as oportunidades e os desafios que essas regras acarretam.

US\$ 690 bilhões

mercado global de bens e serviços ambientais

O sistema de "avaliação de impacto de sustentabilidade" da UE

Os procedimentos de avaliação de impacto ambiental (AIA) têm por objetivo orientar processos decisórios, fornecendo informações sobre prováveis consequências das atividades propostas e mecanismos de participação pública e acesso à informação pelas partes interessadas. Esse tipo de procedimento foi concebido como uma ferramenta preventiva, na medida em que busca incentivar a consideração antecipada de prováveis impactos. Tais procedimentos evoluíram consideravelmente nas últimas décadas e têm sido utilizados em diversos organismos multilaterais e legislações nacionais⁴.

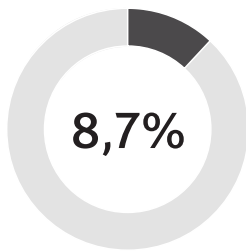
No entanto, foi no âmbito da União Europeia (UE) que o primeiro instrumento internacional vinculante de AIA foi desenvolvido. Em 1986, a Diretiva relativa à AIA (Diretiva 85/337/EEC) especificou a natureza, o alcance das avaliações de impacto ambiental para projetos privados e seu uso, bem como determinou os direitos de participação das partes interessadas no procedimento. Já a Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (Diretiva 2001/42/EC), promulgada em 2001, ampliou o escopo da AIA para planos e programas públicos. Estes instrumentos determinavam obrigações para os Estados membros da UE.

Um segundo passo foi dado em 2002, quando a Comissão da UE estabeleceu um procedimento de AIA para suas próprias atividades (COM(2002)276), a partir de um modelo sobre as políticas de comércio exterior desenvolvido desde 1999 pela Direção-Geral de Comércio. Esse novo procedimento teve dois aspectos inovadores: deve ser aplicado a todas as políticas e propostas legislativas da Comissão – tendo, assim, um considerável alcance e impacto –; e foi baseado em uma lógica de desenvolvimento sustentável, ou seja, além da avaliação de impacto ambiental, inclui o impacto nas esferas econômica e social. A "Avaliação de Impacto de Sustentabilidade" (AIS) é especialmente relevante para as negociações de acordos regionais de comércio, tendo em vista que não existe um mecanismo similar no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A UE é atualmente o maior bloco regional e, desde 1999, todas as grandes negociações comerciais têm sido acompanhadas por um estudo de AIS – como é o caso da negociação do acordo de associação com o Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁵. Dessa forma, em que pese não ter efeitos vinculantes no mandato de negociação, esses estudos têm contribuído para fornecer dados específicos sobre os efeitos da liberalização do comércio entre as Partes nas três esferas relevantes para o desenvolvimento sustentável (econômica, ambiental e social), bem como para sugerir medidas relevantes de prevenção e mitigação dos prováveis efeitos negativos.

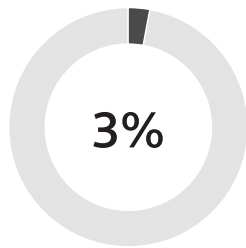
Liberalização de bens e serviços ambientais: o caso da APEC

O comércio é um dos principais motores da economia mundial e pode ser um instrumento valioso para a promoção da economia verde, considerada fundamental para um processo de desenvolvimento mais sustentável. No entanto, para favorecer o desenvolvimento sustentável, o comércio internacional deve ser dotado de um marco regulatório que favoreça a transição para a economia verde, por exemplo, promovendo de forma ativa o intercâmbio de bens e serviços que respondam a critérios de sustentabilidade⁶. Nesse sentido, enquanto a falta de progresso na criação de novas regras sobre setores importantes no âmbito da OMC está criando uma barreira para a efetiva contribuição do comércio para a economia verde, algumas iniciativas regionais vêm suprimindo essa lacuna.

Um exemplo disso é a liberalização do comércio nos chamados "bens e serviços ambientais" (BSA), que pode criar novos mercados e oportunidades de exportação e proporcionar o acesso a produtos e tecnologias "verdes" a custos mais baixos e com maior eficiência. Além disso, os BSA constituem uma oportunidade significativa para o desenvolvimento: o mercado global para o setor foi avaliado em US\$ 690 bilhões, podendo chegar a US\$ 1,9 trilhão em 2020, sendo o maior potencial de crescimento nos países em desenvolvimento⁷. As negociações sobre BSA estão previstas no parágrafo 31(iii) da Declaração de Doha, segundo o qual os membros devem buscar a "redução ou, conforme o caso, a eliminação de tarifas e barreiras não-tarifárias aos bens e serviços ambientais". Contudo, ainda não há definição de BSA no nível multilateral, e a Declaração de Doha não forneceu um cronograma de liberalização e tampouco determinou a profundidade de liberalização a



tarifa média para BSA



tarifa média para bens em geral

ser alcançada – o que dificulta o progresso no setor, em função da ausência de um marco regulatório.

Outras organizações definiram BSA unilateralmente. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, define BSA como "as atividades que produzem bens e serviços para medir, prevenir, limitar, minimizar ou corrigir danos ambientais à água, ar e solo bem como os problemas relacionados com os resíduos, o ruído e os ecossistemas". No entanto, a falta de acordo sobre como definir e categorizar BSA a nível multilateral tem sido uma das principais barreiras para o progresso nas negociações sobre a liberalização do comércio de tais produtos na OMC. Além disso, em que pese o mandato de Doha para reduzir as tarifas para BSA, estima-se que as tarifas médias mundiais para a categoria são de 8,7%, quase três vezes superior à média aplicada para bens em geral (3%)⁸.

Um exemplo recente de como iniciativas regionais podem ajudar a superar esse entrave diz respeito à decisão de começar a liberalização do comércio de bens ambientais no âmbito da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês). Em 2010, os membros do bloco adotaram a Declaração de Honolulu, que incluía planos para desenvolver uma lista de bens ambientais que "contribua para o crescimento e o objetivo de desenvolvimento sustentável". O plano foi concretizado em 9 de setembro de 2012, quando a Declaração de Vladivostok acordou reduzir voluntariamente a 5% ou menos as tarifas sobre 54 produtos ambientais até o final de 2015. A medida foi considerada um importante avanço político, na medida em que representa o primeiro acordo internacional para liberalizar o comércio de BSA, ainda que os 54 subtítulos identificados na lista de APEC estejam sujeitos a um aperfeiçoamento como os chamados "ex-outs", com base nas classificações tarifárias nacionais⁹. A iniciativa pode também contribuir para o desenvolvimento do tema no âmbito da OMC, bem como em outros blocos regionais de comércio que busquem iniciativas semelhantes.

Considerações finais

A breve análise feita neste artigo exemplifica como o desenvolvimento de critérios de sustentabilidade no âmbito regional tem avançado com maior agilidade em relação à esfera multilateral em diversos setores. A adoção de regras procedimentais para integrar considerações de sustentabilidade em processos de tomada de decisão, por exemplo, tem sido desenvolvida pela UE tanto para seus próprios processos decisórios e legislativos como para suas negociações comerciais internacionais. O procedimento de AIS da UE constitui uma importante contribuição nesse sentido, ainda que seja restrito às suas próprias negociações. A criação de um modelo semelhante para a OMC, por exemplo, beneficiaria o regime de comércio internacional de forma mais ampla.

ainda não há definição de BSA no nível multilateral, e a Declaração de Doha não forneceu um cronograma de liberalização e tampouco determinou a profundidade de liberalização a ser alcançada - o que dificulta o progresso no setor)

Ademais, o desenvolvimento de regras materiais para integrar considerações de sustentabilidade em diferentes regimes de direito internacional também tem avançado no nível regional. A liberalização de BSA, por exemplo, um ponto importante na Rodada Doha, não tem progredido nas negociações multilaterais. Nesse contexto, a lista de bens ambientais elaborada pela APEC é uma primeira iniciativa para estabelecer um cronograma para a liberalização dessa categoria. No entanto, as medidas não incluem serviços e são restritas ao âmbito da APEC. Além disso, ainda é difícil avaliar quão significativas serão as reduções tarifárias, bem como a implementação dessas medidas em todos os países do

bloco. Não obstante, essa decisão tem grande significado político, e as lições aprendidas com essa abordagem podem ser úteis na criação de iniciativas semelhantes em outros blocos regionais, bem como para o avanço do tema na OMC.

Conclui-se que o âmbito regional representa um relevante espaço jurídico/regulatório desenvolver importantes temas da agenda internacional em um contexto mais específico e de forma mais simples. As medidas ressaltadas representam um ponto de partida que pode ser usado para avançar com essas questões, que são fundamentais para a transição para a economia verde e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, um quadro multilateral ainda seria importante para garantir a coerência e a eficácia de forma mais ampla. Da mesma forma, a incorporação de tais regras no nível nacional tem um papel importante a desempenhar para assegurar sua implementação eficaz e apropriada.

- ❶ As opiniões expressadas neste artigo são do autor e não representam o ponto de vista oficial da IDLO ou de seus integrantes. O autor é responsável por quaisquer erros contidos no texto.
- ❷ Para uma análise mais detalhada da Rio+20, ver: Correa, F. de Andrade. *The Rio+20 Conference: towards a multi-layered multilateralism?*, Archiv des Völkerrechts, Vol. 50, Dez. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/16QlgcR>>.
- ❸ Ver: Segger, M.C. Cordonier. *Sustainable development law: principles, practices and prospects*. Oxford: Oxford University, 2004, pp. 45-50 e pp. 368-71.
- ❹ A primeira forma de avaliação de impacto ambiental foi estabelecida no âmbito nacional, pela Lei de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (1969). Posteriormente, esse tipo de procedimento foi incluído em uma série de instrumentos soft, como as orientações da OCDE, do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O *Relatório Brundtland* identifica a avaliação de impacto ambiental como um princípio emergente do direito internacional, e outros instrumentos – como a Declaração da Eco-92, a Agenda 21 e a Declaração da Cúpula Mundial de Johannesburg, de 2002 – também o reconheceram como fundamental para a implementação do desenvolvimento sustentável.
- ❺ Disponível em: <<http://bit.ly/1bGNklw>>.
- ❻ UNEP, Relatório: *Green Economy and Trade: Trends, Challenges and Opportunities*, 2013, Disponível em: <<http://bit.ly/1bGNklw>>.
- ❼ Ver: UNEP, International Trade Centre, ICTSD. *Trade and Environment Briefings: Environmental Goods*. ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, *Policy Brief No. 6*, jun. 2012.
- ❽ *Ibid.*
- ❾ Ver: Sugathan, M.; Brewer, T.L. APEC's Environmental Goods Initiative: How Climate-Friendly Is It? In: *Bridges Trade BioRes Review*, Nov. 2012. Ver também: Vossenaar, R. *The APEC list of Environmental Goods: An Analysis of the Outcome and Expected Impact*. ICTSD, *Issue paper No. 18*, 2013.



Fabiano de Andrade Correa
Advogado e especialista em
Direito e Desenvolvimento
Sustentável na International
Development Law Organization
(IDLO).

CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

A nova onda de regionalismo e as cadeias globais de valor: reflexões sobre o Brasil

Lia Valls Pereira

Ao analisar as políticas voltadas a aumentar a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, a autora questiona algumas das ênfases apresentadas pelas iniciativas do governo brasileiro nesse sentido, sob o argumento de que evitam, ou até inauguram, uma série de outros desafios relacionados à meta de criar um parque industrial tecnologicamente eficiente.

A participação do Brasil nas exportações mundiais passou de 0,9% para 1,4%, entre 2000 e 2011. Essa elevação é explicada principalmente pelo desempenho das exportações agrícolas, que aumentaram sua participação de 2,8% para 5,2%, enquanto a participação dos produtos manufaturados brasileiros se manteve ao redor de 0,9%, no período citado¹. No ano de 2012, porém, a participação dos produtos brasileiros caiu para 1,3% devido à queda no preço das *commodities* agrícolas e minerais.

O bom desempenho das *commodities* gerou benefícios para o país. Os termos de troca cresceram 34% e as reservas internacionais passaram de US\$ 33 bilhões para US\$ 352 bilhões, entre 2000 e 2011. Ao mesmo tempo, o boom das *commodities* levou a resultados que passaram a chamar atenção dos formuladores das políticas comerciais e industriais.

O primeiro refere-se à “primarização da pauta de exportações”, expressa no aumento da participação dos produtos básicos (*commodities* não processadas) de 23% para 48% entre 2000 e 2011. O segundo foi a forte valorização do real no período. O índice da taxa de câmbio real efetiva, na base do ano 2000, caiu para 47 em 2011, uma valorização de 46% do real². O terceiro foi o aumento nos coeficientes de importação na indústria brasileira. Pelo cálculo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o coeficiente importado da indústria geral aumentou de 16,2% para 23,1% entre 2006 e 2011, e da indústria de transformação, de 14,4% para 23,1%. Os resultados variam entre os setores, mas a acentuada elevação dos coeficientes passou a ser parte integrante da agenda entre o governo e segmentos dos setores empresariais. O que essas observações querem indicar?

A valorização cambial e a “primarização da pauta exportadora” pós-crise trouxeram à tona, de forma mais contundente, questões que permeiam o debate da agenda de política industrial e de comércio exterior do Brasil. Não se trata de uma questão de caráter conjuntural ou que se exaure no tema cambial. Como melhorar a competitividade dos produtos brasileiros é um tema presente no debate brasileiro desde a década de 1990. A agenda de competitividade inclui questões como infraestrutura, sistema tributário e educação. No entanto, embora haja consenso sobre a agenda de políticas horizontais que favoreçam a competitividade dos produtos brasileiros, não há consenso sobre as diretrizes da política industrial e do comércio exterior quando se trata de medidas de caráter seletivo. A correção das falhas de mercado como argumento para o uso de instrumentos da política industrial requer cuidado. Ademais, quando são utilizadas medidas de proteção há sempre o risco de serem criadas novas distorções. E, aqui, é introduzido o tema do novo regionalismo e das cadeias globais de valor (CGVs).

Motivações econômicas e políticas explicam a celebração de acordos comerciais; no campo econômico, acesso preferencial a mercados e ganhos de economias de escala são os motivos tradicionais. Em 1960, a proposta para a criação de uma área de livre comércio no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) partia do diagnóstico de que o modelo de substituição de importações dependia da ampliação de acesso a mercados, pois o protecionismo incorporado no modelo era desfavorável para a diversificação industrial nas economias pequenas. A partir dos anos 1980, novos temas adquiriram relevância, como importação de credibilidade e consolidação de reformas domésticas. Para o México, a constituição do Tratado de Livre Comércio da América do

Participação do Brasil nas
exportações mundiais

2000: 0,9%

2011: 1,4%

Norte (NAFTA, sigla em inglês) reduziu o grau de risco do país e “aprisionou” (*lock-in*) as reformas domésticas de abertura comercial e financeira.

A percepção de que o multilateralismo passaria a conviver com iniciativas de consolidação dos espaços regionais reforçou a proposta da integração sul-americana como componente essencial da ascensão do Brasil no cenário internacional. Ao mesmo tempo, o debate sobre o esgotamento do modelo de substituição de importações como motor do desenvolvimento industrial era traduzido por demandas de redução do protecionismo comercial que levou à Reforma Tarifária no Brasil, em 1990. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) consolidou o compromisso com a liberalização comercial ao propor a criação da área de livre comércio e ao estabelecer, em 1994, uma estrutura tarifária com alíquotas mais baixas que a proposta pela reforma de 1990. Ao mesmo tempo, o debate sobre o esgotamento do modelo de substituição de importações como motor do desenvolvimento industrial era traduzido por demandas de redução do protecionismo comercial que levou à Reforma Tarifária no Brasil, em 1990. O Mercosul consolidou o compromisso com a liberalização comercial ao propor a criação da área de livre comércio e ao estabelecer, em 1994, uma estrutura tarifária com alíquotas mais baixas que a proposta pela reforma de 1990.

O Mercosul, portanto, estava inserido na concepção da política do início da década de 1990, que entendia que o aumento da competitividade da indústria brasileira viria dos benefícios da abertura comercial. O aumento da concorrência e o acesso a insumos e bens de capital no mercado internacional promoveriam a eficiência do setor industrial brasileiro. Cabe destacar que o tema da formulação de políticas comuns agrícolas e/ou industriais para melhorar a competitividade dos países do Mercosul estava ausente nos compromissos firmados pelos países.

No debate recente da literatura sobre acordos comerciais, surgiu uma nova motivação: as CGVs, que levam a duas questões. Uma delas diz respeito às demandas de harmonização de regras para a criação das cadeias que encontram obstáculos no fórum multilateral e, logo, a preferência pelo regionalismo^③. A segunda se refere à participação dos países nas CGVs como estratégias políticas de inserção no comércio mundial^④.

No final dos anos 1990, foi iniciada uma nova forma de globalização, que requer novas regras. Essa globalização incorpora não só a fragmentação dos processos de produção, mas também das tarefas (serviços). Os investimentos em cadeias produtivas com esse nível de fragmentação exigem um ambiente jurídico com regras claras e estáveis, que assegurem às empresas a integração de todas as etapas de produção e dos serviços associadas ao negócio sem possibilidades de “quebras”. A negociação voltada a eliminar tarifas de importação de bens intermediários, facilitação de comércio em termos de expedientes burocráticos, redução/eliminação de tributos sobre serviços comercializáveis e instituição de mecanismos de solução de controvérsias entre o setor privado e governo são desejáveis. Na formação das cadeias globais e/ou regionais, o núcleo das negociações é constituído por regras que facilitem o comércio de bens e serviços e que ofereçam garantias ao investidor.

A resposta brasileira a essa nova configuração produtiva e aos desafios da agenda de competitividade foi o lançamento do Plano Brasil Maior de 2011 em um contexto internacional de incertezas quanto à recuperação da economia mundial e de acirramento do debate no Brasil sobre o risco da desindustrialização associada à valorização cambial^⑤. A questão do adensamento das cadeias produtivas ganhou força, em especial porque o governo identificou no crescimento da demanda – associado aos novos investimentos (petróleo, construção naval, energia, saúde) – uma oportunidade de estimular a oferta doméstica ao longo das cadeias produtivas. Assim, as orientações estratégicas do Plano Brasil Maior foram: promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico; criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; ampliar os mercados interno e externo das empresas brasileiras; garantir crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável; e ampliar os níveis de produtividade e competitividade da indústria brasileira.

A participação nas CGVs foi uma das forças que atenuou as demandas por proteção na crise de 2008 em diversos países. O protecionismo interromperia os canais de produção e distribuição, o que contribuiria para a redução no nível de atividade. No caso do Brasil, entretanto, essa mesma motivação aumentou a demanda por proteção: foi conferida maior ênfase ao tema do aumento do valor adicionado localmente, o que tem sido alvo de debate e suscitado controvérsias. Não se trata, contudo, de debater se o Brasil está ou não mais protecionista, mas se as medidas, como as exigências de conteúdo local, auxiliam no objetivo de criar um parque industrial tecnologicamente eficiente. Algumas observações são relevantes para esclarecer tal consideração.

No passado, exigências de conteúdo local associadas às compras governamentais desempenharam um papel importante na construção da oferta doméstica ao longo das cadeias. No cenário atual, caracterizado pela aceleração do ritmo da inovação tecnológica, as exigências de conteúdo local podem consolidar ofertas domésticas em contínua defasagem com o quadro internacional. O efeito China também deve ser considerado. Se antes havia sempre a possibilidade de garantir vantagens comparativas em bens intensivos em trabalho e atender às demandas de países com menor grau de desenvolvimento, agora isso se tornou mais difícil com a concorrência chinesa.

Por fim, cabe considerar que a estratégia de política industrial que priorize questões de conteúdo local pode criar entraves para a realização de acordos de livre comércio, os quais têm sido justamente um dos canais para a construção das cadeias produtivas globais e regionais, como observado na região asiática⁶.

O Mercosul auxiliou na consolidação da abertura comercial do Brasil no início da década dos anos 1990. Qual é a agenda de acordos comerciais que favoreçam a participação do Brasil nas CGVs?

A diretriz da política industrial do Brasil é o adensamento das cadeias produtivas domésticas. Nesse cenário, novas reformas tarifárias, em especial em matéria de redução no preço de bens intermediários e facilitação do comércio de serviços, não têm sido propostas. Como um exercício de participação nas cadeias, Brasil e Argentina poderiam retomar o tema das cadeias regionais e acordarem medidas que viabilizem as cadeias identificadas como passíveis de produzirem ganhos para ambos. Em um segundo momento, o resultado esperado seria a percepção de que as cadeias regionais podem se tornar mais competitivas com a redução das tarifas para o resto do mundo.

Uma segunda trilha é aberta se for confirmado o acordo Mercosul-União Europeia ou Brasil-União Europeia. A assinatura desses acordos, porém, sinalizaria uma mudança no rumo das políticas industriais e comerciais a favor de uma nova rodada de liberalização comercial. E, nesse caso, a questão passa a ser o leque de oportunidades que o Brasil pode explorar nas CGVs.



Lia Valls Pereira

Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, professora adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ.

¹ Dados da Organização Mundial do Comércio.

² Índice da taxa de câmbio efetiva elaborado pelo IBRE/FGV e disponível em: <www.portalibre.fgv.br>.

³ Ver: Baldwin, R. WTO 2.0: Global governance of supply-chain trade. In: *CEPR Policy Insight No.64*. Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cepr.org>>.

⁴ Ver: Sturgeon, T.; Gereffi, G.; Guinn, A.; Zylberberg, E. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. In: *Revista Brasileira de Comércio Exterior* Ano XXVII, abr/jun, pp. 26-41, Funcex. Disponível em: <<http://bit.ly/1csUSxe>>.

⁵ Alguns trechos sobre esse tema foram originalmente publicados em: <www.cebri.org.br>.

⁶ Ver: Esteveadeordal, A; Blyde, J; Suominen, K. As cadeias globais de valor são realmente globais? Políticas para acelerar o acesso dos países às redes de produção internacionais. In: *Revista Brasileira de Comércio Exterior* Ano XXVII, abr/jun 2013, pp. 6-25, Funcex. Disponível em: <www.funcex.com.br>.

CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

O complexo enredo das cadeias globais de valor: fatores locais e atuação de governos na equação global

Thiago F. Messena

Com foco nos países em desenvolvimento, o autor desenha uma análise atenta ao papel que os governos podem assumir na busca por uma posição mais privilegiada nas chamadas cadeias globais de valor; bem como à importância de que, nesse processo, dinâmicas regionais e setoriais sejam contempladas na equação.

Em matéria de inovação e aquisição de capacidades tecnológicas, quais são os desafios enfrentados por empresas no mundo em desenvolvimento? Qual o papel da política industrial nesse processo? A literatura sobre o tema é vasta, abrangendo experiências como a substituição de importações na América Latina, o modelo asiático de crescimento baseado em exportações ou, ainda, estratégias de *learning by exporting* e de atração de investimento estrangeiro direto (IED). Na atualidade, enfatiza-se a janela de oportunidade proporcionada pelo chamado aprimoramento (*upgrading*), por meio do qual firmas em economias emergentes poderiam tirar proveito de crescentes interações produtivas entre conglomerados econômicos com atuação global.

Exemplo dessa realidade é encontrado na expansão acelerada das cadeias globais de valor (CGVs). Muitos consideram que tal processo aproxima os países em desenvolvimento dos fluxos mais dinâmicos de produção tecnológica e de serviços intensivos em conhecimento. Participando dessas cadeias, firmas poderiam promover e acentuar suas capacidades inovadoras por meio do aprendizado (*learning*) ou do aprimoramento (*upgrading*). Existem, porém, críticas a essa visão. Por um lado, a presença em uma CGV, por si só, não é suficiente para a produção de mais inovação ou para um desempenho industrial qualificado, na medida em que também implica riscos consideráveis¹. Por outro lado, ao seguir uma lógica global de identificação de oportunidades dinâmicas de negócio, a coordenação de tais cadeias acaba por consolidar uma divisão internacional do trabalho baseada nas capacidades endógenas das economias nacionais.

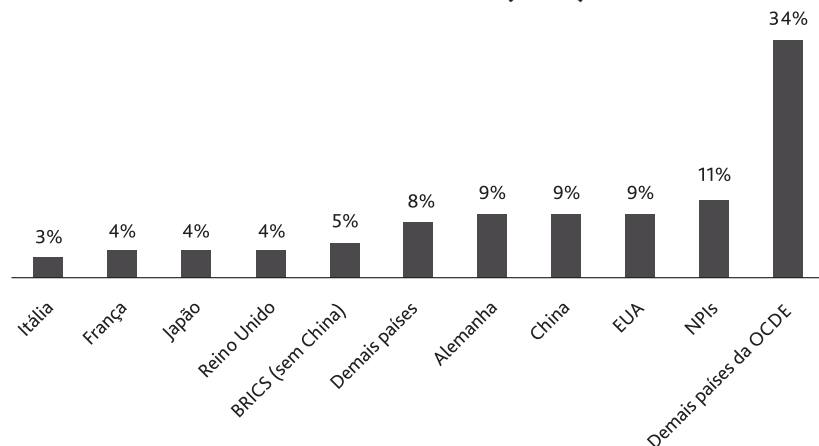
Ao mesmo tempo, é contínuo o interesse no papel dos governos na promoção das CGVs. No que toca aos países em desenvolvimento, a atual agenda tem envolvido aspectos como liberalização comercial, melhora do ambiente de negócios e disponibilidade de treinamento e capital humano. Embora seja inegável a centralidade de tais aspectos na atração de fluxos globais de investimento e produção, é crescente a percepção de que, ao Estado, não caberia apenas uma postura reativa. Pelo contrário, trabalhos recentes apontam para a relevância da iniciativa pública na consolidação de um "processo de descobrimento" das atividades econômicas domésticas. Mais especificamente, a coordenação estatal permitiria uma melhor compreensão das estruturas de custos existentes, iluminando uma política de desenvolvimento industrial mais efetiva.

Cadeias globais e as especificidades do desenvolvimento

As CGVs englobam atividades distribuídas entre atores em diferentes países, cabendo às firmas um papel específico nas variadas etapas para a produção de um bem. Embora a divisão internacional do trabalho não seja um fenômeno recente, esse processo tem sido aprofundado nas últimas décadas: eventos como a progressiva liberalização comercial, o aumento dos fluxos de investimento e os avanços nas telecomunicações trouxeram maior dinamismo e alcance para esse quadro. De forma geral, existe consenso sobre o caráter complexo e, por vezes, nebuloso dos padrões de comércio e produção derivados da consolidação dessas cadeias.

Nesse sentido, o recente lançamento da base de dados *TiVA* (*Trade in Value-Added*) pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) constitui um terreno fértil para novas pesquisas. De acordo com os mais recentes dados, as exportações globais em valor adicionado chegaram, em 2009, a US\$ 13,7 trilhões. No mesmo período, o mundo desenvolvido respondeu por mais de 67% do valor adicionado criado em CGVs, enquanto os países em desenvolvimento – à exceção dos novos países industrializados (NPIs) e dos países BRICS, com 11% e 14%, respectivamente – representaram somente 8% (ver Figura 1):

Figura 1. Parcela de valor adicionado em CGVs (2009)



Fonte: Banga, R. *Measuring Value in Global Value Chains*. In: *UNCTAD Background Paper, No RVC8, Regional Value Chains*, 2013.

Sob uma perspectiva clássica do comércio internacional, processos produtivos nas cadeias globais são alocados a diferentes países de acordo com suas dotações específicas de fatores e capacidades. Dessa forma, a liderança em CGVs em setores mais intensivos em tecnologia tende a se concentrar no mundo desenvolvido, onde estão disponíveis ativos cruciais no processo de inovação, como conhecimento tecnológico e capital humano. Dado que, em geral, tais recursos são escassos em países em desenvolvimento, o aprendizado por meio de processos de difusão tecnológica e assimilação é uma das janelas que o mundo emergente poderia aproveitar no contexto das CGVs. Contudo, o tipo de aprendizado dependerá, em grande medida, da governança a que distintas cadeias se submetem e que, em última instância, dependem do tipo de relacionamento entre empresas-líderes e seus fornecedores².

Outro aspecto importante no debate sobre CGVs diz respeito ao conceito de aprimoramento. Uma vez que firmas são constantemente pressionadas a melhorar performances e aumentar padrões de produtividade, o aprimoramento se refere aos esforços feitos na firma com vistas a um melhor posicionamento dentro de hierarquias nas cadeias de valor. Em linhas gerais, a literatura especializada diferencia aprimoramento de produtos (aumento dos valores das unidades produzidas), de processos (transformação de recursos em produtos de maneira mais eficiente) e de funções (transformação de atividades geradoras de maior valor agregado dentro da cadeia). Além da busca pelo aprimoramento de funções, um aspecto fundamental no processo de aquisição de capacidades tecnológicas para países em desenvolvimento está relacionado ao aprimoramento das habilidades específicas necessárias à exploração de novas oportunidades em áreas de atuação correlatas dentro da cadeia de produção em que a firma se encontra envolvida. Dessa forma, essa perspectiva acaba por dialogar com uma visão mais recente no debate econômico, que pretende compreender a busca pelo desenvolvimento industrial como um “processo de descobrimento”³.

Atuação de governos e criação de vantagens comparativas

Algumas linhas recentes na ciência econômica partem do pressuposto de que os governos podem ter um papel decisivo na busca pelo desenvolvimento econômico, por

Participação das commodities
não processadas na pauta de
exportações brasileiras

2000: 23%

2011: 48%

exemplo, identificando potenciais *spill-overs*, falhas de mercado e obstáculos que estejam impedindo mudanças estruturais em economias nacionais. Dessa maneira, políticas públicas deveriam ser orientadas a promover e apoiar os tipos de tecnologia que falhariam em se desenvolver na ausência do referido apoio.

Essa perspectiva seria posta em marcha por meio do que se convencionou chamar "autonomia integrada" (*embedded autonomy*) de órgãos públicos em relação ao setor privado. Por um lado, a integração permitiria a troca de conhecimento entre ambas as esferas, de maneira a viabilizar oportunidades de negócios e uma política de promoção de incentivos coesa. Por outro lado, a autonomia estatal frente a grupos de interesse permitiria que os governos acompanhassem desempenhos e retirassem incentivos quando avaliassem apropriado. Aqui, é importante ressaltar que, por "incentivos", não se faz referência apenas a instrumentos tradicionais, como subsídios e linhas facilitadas de crédito: na verdade, parte-se do entendimento schumpeteriano de que inovações, consubstanciadas pela atuação de empreendedores, necessitam de rendas (*rents*). Portanto, os governos necessitariam encorajar investimentos em setores não tradicionais e propensos a gerar recompensas de primeira entrada (*first-entry rewards*), bem como abandonar projetos sem sucesso de acordo com uma "taxa de fracasso".

Diferentemente da ênfase normalmente costurada dentro dessa lógica, a discussão apropriada não se daria nos termos da capacidade ou não de governos, por exemplo, elegerem "campeões nacionais" em setores pré-selecionados. Em contraste, um debate mais qualificado abordaria como governos podem desvendar, em conjunto com o setor produtivo, oportunidades de desenvolvimento industrial e inovação até então inexploradas devido a uma falha de coordenação, ou mesmo à falta de conhecimento sobre a estrutura de custos em economias nacionais e, mais especificamente, em setores industriais com potencial de desenvolvimento.

No caso das CGVs, supondo a limitação das políticas mencionadas na seção anterior, uma atuação mais ativa do Estado ocorreria nas linhas de um enfoque mais local e seletivo em relação ao fenômeno global e mais amplo das CGVs. Em última instância, o desafio estaria em elevar a melhores posições nas cadeias produtivas firmas e indústrias nas quais haveria maior margem para aquisição de capacidades tecnológicas e geração de resultados inovadores.

O local na busca pelo global: estudos de caso

Em grande parte, a literatura em CGVs tem se concentrado na dimensão global dos fluxos comerciais. Isso pode ser explicado pela ênfase nas (supostamente) melhores oportunidades de aprendizado e aprimoramento quando fornecedores em países em desenvolvimento exportam às maiores companhias globais. No entanto, como já sugerido nesta análise, o pressuposto de que exportação *per se* constitui um certificado de sucesso no processo de inovação de uma empresa pode induzir a uma conclusão precipitada no caso das CGVs. A exportação em cadeias quase hierárquicas, por exemplo, pode oferecer impactos positivos em termos de aprimoramento de produtos e processos, mas não necessariamente de funções.

Nesse sentido, é bastante ilustrativo o estudo de caso conduzido em 2011 por Lizbeth Navas-Alemán⁴. Ao analisar dois *clusters* na região Sul do Brasil, a autora concluiu que firmas que participavam simultaneamente de múltiplas cadeias de valor foram capazes de aprimorar suas funções e promover atividades com maior valor agregado. Em um esforço comparativo entre interações de firmas locais com compradores europeus e estadunidenses, por um lado, e latino-americanos, por outro, constatou-se que as primeiras interações tendiam a ser conduzidas em cadeias quase hierárquicas, enquanto cadeias regionais se mostraram mais próximas a cadeias baseadas em relações de mercado – como é o caso, muitas vezes, em cadeias de valor nacionais. Ademais, resultados empíricos mostraram que firmas tendem a adquirir habilidades relacionadas a aprimoramento de funções majoritariamente em cadeias nacionais e regionais. Por fim, em todos os casos analisados, firmas já inseridas em cadeias múltiplas mencionaram

que seus negócios tiveram início quando ainda atuavam como empresas orientadas ao mercado doméstico.

Em análise elaborada em 2004, Pietrobelli & Rabellotti⁵ identificaram implicações para políticas públicas em relação à atuação de pequenas e médias empresas, a partir do estudo de onze *clusters* na América Latina. Analisando como padrões de aprimoramento são fundamentalmente relacionados a especificidades setoriais, os autores concluíram que padrões de eficiência coletiva e modelos de governança mostram uma relação clara com tipos de organização industrial de diferentes grupos setoriais. Acima de tudo, concluem: políticas de apoio para *clusters* devem necessariamente estar baseadas em dimensões setoriais estratégicas.

Considerações finais

São ainda limitados os estudos que destacam a importância das oportunidades de aprendizado e aprimoramento sob uma ótica menos ampla do que aquela assumida na análise das atuais cadeias *globais* de valor. Em um primeiro momento, o desenvolvimento de capacidades produtivas e tecnológicas em firmas nacionais nos países em desenvolvimento ocorre nos contextos nacionais e regionais. Trata-se de um alerta a países que, atualmente pouco envolvidos em CGVs, têm buscado promover políticas de atração de empresas globais. Tão importante quanto a promoção de um melhor ambiente de negócios ou de incentivos ao investimento internacional é a constatação de que grande parte do aprendizado dentro das firmas ocorre antes mesmo de que estas acessem os mercados de outros países.

Dessa forma, uma agenda positiva para o Estado diante do fenômeno das CGVs depende também da atenção às dinâmicas regionais e setoriais capazes de elevar firmas a um novo *status* nos mercados internacionais em que estão inseridas. Da mesma forma, a atuação em atividades de maior valor agregado demanda a identificação de setores em que novas capacidades tecnológicas possam se consolidar. Uma abordagem setorial permitiria que os governos acompanhassem mais atentamente as atividades conduzidas pelos agentes econômicos, de modo a também possibilitar um apoio governamental mais oportuno à atividade de tais agentes. Da mesma forma, essa perspectiva permitiria uma decisão mais eficaz e informada sobre a conveniência de abandonar determinadas empresas diante de sua inadequação aos padrões de competitividade internacional. Resta saber se – e como – a qualidade das instituições nos países em desenvolvimento permite uma atuação isenta e qualificada frente às ações dos diversos grupos de interesse.

① A exposição dos conflitos e assimetrias de poder na governança de CGVs e na transferência de conhecimento são aspectos importantes para países em desenvolvimento, uma vez que, nas CGVs, há atores centrais que guardam para si a responsabilidade pela divisão do trabalho entre firmas e pelas habilidades dos demais participantes em aprimorar suas atividades locais. Atividades de maior valor agregado relacionadas a *design, marketing e branding*, por exemplo, tenderiam a ser pouco compartilhadas em CGVs de caráter mais hierárquico.

② Entre os diferentes tipos de governança, cadeias modulares e relacionais, por exemplo, oferecem oportunidades de aprendizado, respectivamente, por pressionar firmas a cumprir padrões de qualidade, tempo de entrega, parâmetros ambientais, trabalhistas e sociais e por permitir interações interpessoais em que o elemento tácito do conhecimento (dimensão característica de bases de conhecimento sofisticadas) pode ser explorado. Por sua vez, cadeias cativas são dominadas por empresas-líderes, as quais definem os limites de aprendizado e atuação, por parte de seus fornecedores.

③ Ver: Hausmann, R.; Rodrik, D. Economic development as self-discovery. In: *Journal of Development Economics*. No. 72, 2003, pp. 603-33.

④ Ver: Navas-Alemán, L. The Impact of Operating in Multiple Value Chains for Upgrading: The case of the Brazilian Furniture and Footwear industries. In: *World Development*, Vol. 39, No. 8, 2011, pp. 1386-97.

⑤ Ver: Pietrobelli, C.; Rabellotti, R. Upgrading in Clusters and Value Chains in Latin America. The Role of Policies. In: *Best Practices Series*. IADB, Sustainable Development Department. Washington, DC: IADB, 2004.



Thiago F. Messena
Consultor na Divisão de Ciência, Tecnologia e Indústria da OCDE e mestre em Inovação e Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Sussex (Reino Unido).

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

China e integração regional: motores da transformação estrutural na África.

Richard Schiere, Alex Rugamba

A China é um dos principais motores da transformação estrutural na África. No entanto, essa transformação estrutural só será sustentável no longo prazo se acompanhada de políticas públicas adequadas. Para esse fim, a integração regional exerce um papel fundamental.

A medida que adentramos o novo milênio, a África se torna o próximo mercado emergente. A transformação estrutural – entendida como a realocação dos recursos econômicos de atividades com baixa produtividade (como produção agrícola familiar e comércio informal) para atividades mais produtivas, como a indústria – está se tornando uma realidade. Atualmente, seis das dez economias que crescem mais rápido estão localizadas no continente, e a média da taxa de crescimento para a África Subsaariana é de 6,6%.

A China é um dos principais motores da transformação estrutural na África. Com a expansão do fluxo comercial e de investimentos em dez vezes ao longo da última década, a China tem fomentado o boom de *commodity* e reduzido o déficit de infraestrutura na África. O Banco de Desenvolvimento Africano (ADB, sigla em inglês) também tem colaborado por meio do Africa50Fund, instrumento que busca garantir que a África possa financiar sua própria transformação estrutural. Contudo, esse processo só será sustentável no longo prazo se as comunidades econômicas regionais (RECs, sigla em inglês) fortalecerem seus sistemas de políticas públicas com vistas à atração de investimentos e à fusão de pequenos mercados nacionais.

A China como motor da transformação estrutural na África

O forte e contínuo crescimento econômico da China e o aumento da demanda por *commodities* para abastecer seu próprio processo de industrialização e urbanização constituem os principais motores da transformação estrutural na África. Com efeito, esse quadro está diretamente associado ao crescimento exponencial dos investimentos da China na África e do comércio entre os dois países ao longo da última década. Em 2011, o fluxo de comércio e investimentos entre África e China foi estimado em US\$ 166,3 bilhões e US\$ 9 bilhões, respectivamente. De fato, o forte engajamento econômico da China desencadeou a renovação do interesse de investidores da Ásia, Américas e Europa no continente, contribuindo fortemente para a identificação da África como um “mercado emergente”.

Os investimentos da China na África são diversos e espalhados pelo continente, sendo percebidos tanto em Estados ditos “frágeis” como em países africanos de renda média. Em alguns países – como República Democrática do Congo, Angola e Moçambique –, a presença chinesa concentra-se em indústrias extrativistas e em projetos de infraestrutura e construção civil, ao passo que em países como Marrocos e Egito, os investimentos da China foram direcionados também para o setor industrial, o que criou laços dentro da economia doméstica que facilitaram a transformação estrutural.

As políticas públicas dos países africanos e a capacidade dos setores industriais locais são fatores críticos na determinação do impacto dos investimentos chineses em um determinado país. Um exemplo de como a “nova” parceria econômica entre África e China tem impulsionado a transformação estrutural pode ser observado na Etiópia. Assim como vários outros países africanos, os fluxos de comércio e investimentos Etiópia-China cresceram rapidamente ao longo da última década. Agora, empresas chinesas estão construindo uma ferrovia orçada em US\$ 2,8 bilhões e aprimorando o sistema de telecomunicações da Etiópia por US\$ 1,2 bilhão. Contudo, o engajamento da China na

Relação China-África em 2011

US\$166,3 bilhões
Fluxo de Comércio

US\$ 9 bilhões
Fluxo de Investimentos

África não se limita ao financiamento de projetos de infraestrutura: o país asiático também tem investido no setor produtivo.

Por exemplo, Huajian, um dos maiores exportadores de sapatos da China, investiu milhões de dólares na Etiópia para montar uma planta de produção de sapatos. Isso mostra o potencial etíope para capturar alguns dos mercados industriais de trabalho intensivo – um componente central para a transformação estrutural. Contudo, isso não exclui que os produtos etíopes de indústria leve exportados para a Europa ou os Estados Unidos tenham que competir com as exportações chinesas no mesmo setor.

O apoio chinês à transformação estrutural na África faz parte de uma política "win-win", ou seja, tanto a África como a China se beneficiam com o incremento nas oportunidades de negócios geradas nesse quadro. Ao mesmo tempo, esse apoio possibilita que empresas chinesas garantam recursos e expandam suas operações no exterior. Por essa razão, a China tem encorajado investimentos na África mediante uma estratégia denominada "Going Global", que viabiliza que empresas chinesas recebam apoio financeiro de uma série de instituições, como o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, sigla em inglês), o Banco de Exportação e Importação da China (China Exim Bank) e o Ministério de Comércio (MofCom, sigla em inglês). Ademais, o Fundo de Desenvolvimento China-África (CADF, sigla em inglês) foi especificamente criado para promover parcerias empresariais entre empreendedores africanos e chineses, tendo investido mais de US\$ 500 milhões de seus próprios recursos no continente, além de ter promovido investimentos de empresas chinesas de mais de US\$ 20 bilhões.

A China não está apenas apoiando a transformação estrutural no nível macro por meio de projetos de investimento em infraestrutura de larga escala, mas também no nível micro, mediante o compartilhamento de técnicas e tecnologias voltadas a impulsionar o desenvolvimento e a produtividade na África. Por exemplo, a China estabeleceu uma rede de centros chineses de pesquisa em agricultura na África com o objetivo de promover a segurança alimentar e aumentar a produtividade agrícola. Empresas chinesas de pequeno e médio porte estão se beneficiando das várias oportunidades comerciais na África e contribuindo para a transformação estrutural ao investir em diversos setores, que se estendem desde lojas de varejo e restaurantes a pequenas empresas que produzem para o mercado africano local.

O papel das RECs nos investimentos produtivos e na transformação estrutural

Embora a demanda chinesa por matérias-primas e os investimentos em infraestrutura sejam os principais motores da transformação estrutural na África, esse processo só será sustentável no longo prazo caso políticas públicas adequadas sejam implementadas com vistas a fortalecê-lo. Nesse contexto, as RECs exercem um papel crucial, na medida em que podem promover políticas que estimulem o mercado e a integração regionais. Essas políticas conduzem a melhorias na produtividade dos investimentos – um elemento crítico que acelera a transformação estrutural. Isso é particularmente importante, na medida em que a África pretende progredir na cadeia de valor e exportar mais produtos industrializados, e não apenas *commodities* e matérias-primas.

As RECs estão harmonizando os planos nacionais de investimentos em infraestrutura no contexto regional, o que conduz a economias de escala e se traduz em preços mais acessíveis para empresas e consumidores. Por sua vez, esse fenômeno reduz os custos de produção, melhorando a competitividade internacional da África. Finalmente, a formação de núcleos energéticos regionais pode criar mercados continentais de energia com sistemas coordenados de fornecimento. Isso já está sendo implementado e, em um futuro próximo, redes de distribuição de energia no Leste e Sul da África serão conectadas em uma única rede energética regional.

Dentro desses quadros regionais, a China está promovendo a integração africana por meio do financiamento e da execução de projetos de infraestrutura de portos, plantas de geração de energia hidrelétrica, telecomunicações, estradas e ferrovias. Destaque-se que, assim como no caso das redes energéticas, somente as RECs e os governos

africanos podem liderar a harmonização das políticas públicas e a melhoria do clima de investimentos – processo que é tão importante quanto a infraestrutura física na promoção da integração regional.

Embora as RECs na África tenham diferentes mandatos e membros, há uma clara tendência de convergência entre essas instituições. Por exemplo, o Acordo Tripartite de Livre Comércio será fruto da fusão do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA, sigla em inglês), da Comunidade Africana do Leste (EAC, sigla em inglês) e da Comunidade de Desenvolvimento do Sudeste Africano (SADC, sigla em inglês), resultando em uma única área de livre comércio com um mercado de 500 milhões de pessoas. Uma tendência similar está ocorrendo entre as RECs do Oeste africano com a Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (ECOWAS, sigla em inglês) e a Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos (ECCAS, sigla em inglês). A tendência de convergência enfatiza a importância das RECs como um mecanismo básico para uma maior cooperação entre África e China.

O ADB também está bastante consciente de que a superação do déficit de infraestrutura e a promoção da integração regional são necessárias para acelerar a transformação estrutural na África. De fato, desde que a estrutura básica esteja alocada, a África – com toda sua riqueza de recursos e crescente mercado consumidor – será capaz de financiar sua própria transformação estrutural. Como parte desse esforço, o ADB está criando o Africa50Fund, que visa a acelerar a implementação de projetos de infraestrutura por meio do aumento no número de projetos financiáveis e do financiamento direto a projetos. Ao longo da próxima década, espera-se que o Africa50Fund alavanque os financiamentos privados em, no mínimo, US\$ 100 bilhões.

Considerações finais

A contínua demanda chinesa por *commodities* e seus investimentos estão promovendo a transformação estrutural na África. De fato, as atividades chinesas no continente estão atraindo novos investidores da Ásia, Américas e Europa. Essa tendência contribui para a consolidação da África como um mercado emergente.

No entanto, políticos africanos não devem ser complacentes diante do atual boom de recursos que está fomentando a transformação e construindo a imagem positiva do continente. A transformação estrutural será sustentável no longo prazo apenas se a integração regional for fortalecida e um contexto político forte for estabelecido. O objetivo dessas reformas é aumentar a produtividade dos investimentos, facilitar as convergências dos mercados nacionais e melhorar o ambiente de negócios. Isso é central caso a África pretenda capturar alguma das indústrias intensivas em trabalho que atualmente estão saindo da China, devido ao aumento dos salários. Isso igualmente proporcionará oportunidades para a África exportar produtos industrializados – ao invés de apenas *commodities* e matérias-primas – com um componente de maior valor agregado.



Richard Schiere

Chefe do Departamento de Garantia de Qualidade e Resultados do Banco de Desenvolvimento Africano.



Alex Rugamba

Diretor do Departamento de Integração Regional e Comércio do Banco de Desenvolvimento Africano.

❶ As constatações, interpretações e conclusões expressadas nesse artigo são esposadas pelos autores, e não necessariamente representam a posição do Banco de Desenvolvimento Africano, de seu Conselho Diretor, ou dos países que eles representam.

Informações úteis

ICTSD promove evento paralelo à Conferência Ministerial de Bali

No contexto de aproximação da IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a ser realizada de 3 a 6 de dezembro, em Bali, o International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) promoverá o Simpósio sobre Comércio e Desenvolvimento. Ao longo da última década, o simpósio adquiriu o *status* de primeiro evento paralelo às Conferências Ministeriais da OMC, reunindo representantes do governo, do setor privado e de organizações não-governamentais, entre outros setores, para pensar e discutir formas de avançar a agenda do desenvolvimento sustentável. O simpósio será realizado de 3 a 5 de dezembro, no Centro de Convenções Internacionais de Bali (BICC, sigla em inglês), no Westin Resort, Nusa Dua (Bali). Para acessar a programação do evento, clique [aqui](#).

Governo Federal realiza Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio de Serviços

A segunda edição do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio de Serviços (Simbracs) será realizada nos dias 12 e 13 de novembro, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília (DF). Neste ano, o Simpósio discutirá as inovações nos setores e dará continuidade à disseminação de informações relevantes para a competitividade e a produtividade das empresas que atuam nos segmentos de comércio e serviços no Brasil. O encontro, realizado no âmbito do Plano Brasil Maior, é um compromisso para a ampliação dos canais de articulação e diálogo entre os setores público e privado. Mais informações podem ser obtidas no [site](#) do evento.

British Council abre seleção para bolsa de estudos

O British Council está com inscrições abertas para o programa "British Researcher Links", que oferece bolsas com duração de três meses, para a realização de pesquisas no exterior. Em particular, nesta edição do programa, serão elegíveis para a bolsa candidatos que planejem passar um trimestre em um dos seguintes países: África do Sul, Azerbaijão, Bangladesh, Brasil, Cazaquistão, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Estados Unidos, Indonésia, Marrocos, México, Nigéria, Paquistão, Qatar, Rússia, Tailândia, Turquia e Vietnã. Pesquisadores desses países também são elegíveis para se candidatarem a bolsas para viagem de pesquisa ao Reino Unido. As inscrições estendem-se até 24 de novembro. Para mais informações, clique [aqui](#).

FEA/USP promove encontro sobre gestão empresarial e meio ambiente

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) promoverá, nos dias 2 e 3 de dezembro, o 15º Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA). Organizado em torno do tema "Ética e Sustentabilidade Socioambiental na empresa inovadora", o evento reunirá pesquisadores, profissionais, empresários e gestores públicos e privados envolvidos em novas abordagens em gestão ambiental nas empresas. A programação inclui apresentação de trabalhos, estudos de caso e uma palestra internacional. O período de inscrições estende-se de 1º a 25 de novembro. Os interessados em apresentar trabalhos devem enviar suas candidaturas até 20 de setembro, por meio do *site* do evento. As regras para o envio dos trabalhos e demais informações podem ser acessadas [aqui](#).

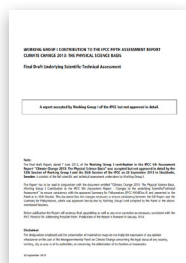
USP sedia simpósio interdisciplinar de ciência ambiental

Com o objetivo de constituir um espaço de discussão que propicie o enriquecimento do debate acadêmico e do relacionamento entre docentes e discentes, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da USP promoverá o I Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental. O evento será realizado no campus da USP, entre os dias 3 a 6 de dezembro 2013. Neste primeiro evento, serão abordados aspectos conceituais da ciência ambiental no Brasil; questões socioambientais relacionadas à segurança alimentar e ao desenvolvimento dos territórios rurais; mudanças climáticas e suas consequências na biodiversidade e saúde humana; e ferramentas de valoração econômica. O simpósio também terá a apresentação de trabalhos selecionados, os quais serão posteriormente publicados em uma revista eletrônica. Para mais detalhes sobre a programação do evento, acesse o [site do simpósio](#).

Programa de Cátedras da OMC

O Programa de Cátedras da OMC tem por objetivo ampliar o conhecimento de acadêmicos e atores decisórios sobre o sistema multilateral de comércio, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e à realização de atividades acadêmicas relacionadas ao tema em países em desenvolvimento (PEDs) e de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). O programa será implementado por meio de parcerias envolvendo o Secretariado da OMC. Cada instituição selecionada receberá até CHF 50.000 ao ano, por um período de até quatro anos. As inscrições estão abertas até 1 de dezembro. Para mais informações, clique [aqui](#).

Publicações



Mudanças Climáticas 2013: a base das ciências físicas IPCC – setembro 2013

Este relatório foi produzido pelo Grupo de Trabalho I para integrar o 5º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um estudo abrangente dos aspectos físicos das mudanças climáticas, com foco nos elementos considerados relevantes para compreender as presentes alterações do clima e projetar as futuras. As projeções apresentadas pelo relatório são baseadas em dados e estudos científicos. Acesse o relatório completo [aqui](#).



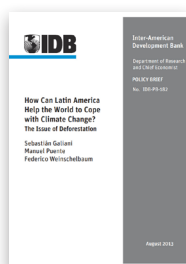
A proposta do G-33: Acordo prévio sobre os elementos da proposta de acordo de Doha para tratar da segurança alimentar FAO e ICTSD – setembro 2013

Alguns países em desenvolvimento propuseram que as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam emendadas para permitir que tenham mais flexibilidade para comprar alimentos a preços subsidiados dentro do contexto de programas de armazenamento público e de auxílio doméstico para promover a segurança alimentar. No contexto de aproximação da 9ª Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em dezembro, essa breve nota informativa pretende analisar como regras, políticas e práticas podem afetar o comércio e a segurança alimentar. Acesse o artigo [aqui](#).



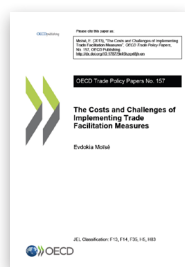
Compras governamentais verdes na região da Ásia-Pacífico: desafios e oportunidades para o crescimento e comércio verde APEC – junho 2013

Este relatório revisa e analisa o progresso, os desafios e as oportunidades derivadas das políticas de compras governamentais verdes (GPP, sigla em inglês) nas economias da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), no contexto de promoção do comércio em bens e serviços ambientais. O relatório inclui uma base de dados de critérios ambientais de oito grupos de produtos e incorpora uma análise de boas práticas de GPP, selecionadas de acordo com aspectos-chave envolvidos no desenvolvimento de políticas de GPP. Finalmente, as práticas já existentes de capacitação nas economias da APEC são descritas, e recomendações são feitas para auxiliar no desenvolvimento de cursos e seminários. Acesse o relatório [aqui](#).



Como a América Latina pode auxiliar o mundo a lidar com as mudanças climáticas? A questão do desflorestamento Banco Interamericano de Desenvolvimento – agosto 2013

Dentre as formas de mitigação de mudanças climáticas, a América Latina tem no combate ao desflorestamento uma vantagem comparativa. Se o continente desejar se engajar em políticas de mitigação, é preciso que políticas públicas ótimas administrem essas vantagens a partir da geração de incentivos para promover o florestamento. Este artigo descreve o problema do desflorestamento e analisa as falhas de mercado resultantes de questões associadas às emissões florestais, analisando-as sob a perspectiva dos bens públicos globais, e apresenta recomendações de políticas públicas. Acesse o artigo [aqui](#).



Custos e desafios na implementação de medidas de facilitação comercial OCDE – maio 2013

Este estudo apresenta dados sobre os custos e desafios da implementação de medidas de facilitação do comércio atualmente em negociação na OMC. Segundo o estudo, os custos de execução e manutenção de medidas de facilitação do comércio não são particularmente elevados, além de serem bastante inferiores aos benefícios decorrentes dessas medidas. Mecanismos atrelados ao treinamento de pessoal são os mais vantajosos, tendo em vista seu papel na alteração das práticas de agências de fronteira. O artigo destaca, ainda, as oportunidades que a facilitação do comércio implica para os países em desenvolvimento, destacando que, ao longo da última década, a assistência financeira e técnica disponível para implementar essas medidas aumentou consideravelmente.

Acesse o estudo [aqui](#).



Relatório de Desenvolvimento Mundial 2014: Risco e Oportunidade – Gerenciando riscos em prol do desenvolvimento Banco Mundial – setembro 2013

A integração internacional vivenciada de forma intensiva nos últimos 25 anos trouxe oportunidades de crescimento, mas também riscos associados à possibilidade de aumento das taxas de desemprego, além de ter potencializado a inquietação social e gerado danos ambientais. O *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2014* argumenta que o gerenciamento responsável e efetivo dos riscos tem o potencial para gerar segurança e progresso principalmente para a população de países em desenvolvimento. Este relatório fornece ideias e recomendações aos formuladores de políticas públicas para que possam solucionar algumas das principais questões associadas ao gerenciamento dos riscos em prol do desenvolvimento. O estudo tem a intenção de orientar o diálogo entre os principais atores que promovem o desenvolvimento – desde a sociedade civil e os governos nacionais, até a comunidade de investidores e as organizações internacionais.

Acesse o relatório [aqui](#).



Política Industrial para uma Economia Verde IISD – junho 2013

Este relatório analisa o histórico mundial de políticas industriais para destacar lições para governos que pretendem promover indústrias verdes infantis. O estudo apresenta o estado da arte das políticas industriais e explora a natureza das políticas industriais verdes, questionando o que as diferencia das políticas industriais tradicionais.

Acesse o estudo [aqui](#).



Panorama da inserção internacional da América Latina e do Caribe 2013 CEPAL – setembro 2013

A edição de 2013 do *Panorama da inserção internacional da América Latina e do Caribe* visa a revisar as principais características da persistente debilidade econômica e comercial mundial e a examinar a evolução do comércio mundial e regional. Para tanto, examina as principais transformações da organização da produção e do comércio mundial associadas ao fenômeno das redes internacionais de produção. Em seguida, revisa três processos regionais de importância particular: o Acordo Transatlântico sobre Comércio e Investimento entre os Estados Unidos e a União Europeia; a Parceria Transpacífica; e a Associação Econômica Integral Regional, que reúne os dez países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), além de Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia. Finalmente, o estudo analisa a participação dos países da América Latina e do Caribe nas redes internacionais de produção e nas cadeias de valor.

Acesse o estudo [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso da:

SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliarem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Esta publicação é licenciada pelo Creative
Commons Attribution-Noncommercial-
NoDerivative Works 3.0 [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

